

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Comenta a federalização de trecho da rodovia entre Canoinhas e Porto União; registra a passagem dos 100 anos da Guerra do Contestado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra mais uma inauguração do programa Minha Casa, Minha Vida, em Blumenau; aborda a falta de professores no início do ano letivo em Blumenau.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta a cobrança de gratificações por procuradores do Tribunal de Contas do Estado; refere-se aos telefones celulares distribuídos pela Assembleia aos srs. deputados.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a viagem que fez à Bahia; comenta a ação da Polícia Civil para desbaratar a quadrilha que arrombava caixas eletrônicos; registra a reinstalação de posto da PRF em Água Doce; refere-se à reinstalação das

comissões de Segurança Pública e de Finanças e Tributação; comenta sua visita à reitora da UFSC.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (aparte) - Registra sua eleição para presidir a comissão de Finanças e Tributação.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende o cooperativismo.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Defende o cooperativismo; manifesta preocupação com a estiagem.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Registra o esforço que o governo faz em relação à questão da segurança pública.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Reporta-se ao Minha Casa, Minha Vida.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à manutenção das rodovias federais e à legislação eleitoral.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Condena o *bullying*.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra a nomeação de policiais civis pelo governador Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, comunidade catarinense.

Gostaria de falar, hoje, especialmente, ao planalto norte, porque neste momento ocorre o envio da mensagem do sr. governador do estado, que autoriza a doação à união do trecho da rodovia entre Canoinhas e Porto União, que é um sonho antigo, uma reivindicação de toda região.

A federalização daquela rodovia é um anseio de toda a comunidade, foi um pedido feito em conjunto numa das reuniões do Orçamento Regionalizado com os prefeitos e vereadores.

A grande prioridade do planalto norte, deputado Reno Caramori é, sem dúvida nenhuma, a federalização desse trecho Canoinhas/Porto União. Nós, que representamos as cidades de Canoinhas, de Porto União e os demais municípios da região, temos a certeza de que esse ato significa uma grande conquista para todos, não apenas para este deputado, mas para todos os deputados que representam aquela região, como os deputados Silvio Dreveck e Reno Caramori.

Quero dizer a todos que estamos felizes em saber que o governador Raimundo Colombo tomou iniciativas, providências para que ocorram melhorias na BR-280, no trecho Canoinhas/Porto União. Dentre essas melhorias, temos o contorno de Porto União, uma obra estimada em mais de R\$ 20 milhões, que faz parte da BR-280; e o entroncamento da BR-280 com a BR-153, atravessando o estado de Santa Catarina, ultrapassando o estado do Paraná.

Portanto, o crescimento e o desenvolvimento do planalto norte estão relacionados com a inclusão da BR-280 no plano federal.

Acreditamos que os prefeitos de Porto União, Renato Stasiak, e o de Canoinhas, Leoberto Weinert, estarão imbuídos da mais forte energia para que essas obras se concretizem, esses projetos que estão sendo realizados na BR-280, no trecho Canoinhas/Porto União.

Hoje, aquela rodovia encontra-se num estado delicado. Há, sim, por parte do secretário Argos

Burgartt o comprometimento de deixá-la em condições mínimas para o tráfego. Nós queremos, sim, o recapeamento asfáltico de Canoinhas/Porto União, da BR-280. Essa é, sim, uma obra federal que temos a certeza que vai acontecer.

Gostaria de dizer também que a nossa região está na mídia do estado de São Paulo, com a grande reportagem sobre o Contestado. Essa área, presidente Moacir Sopelsa, é muito importante para a história de Santa Catarina e mais importante ainda para o planalto norte. Completamos 100 anos da Guerra do Contestado, que aconteceu de 1912 a 1916. Foi uma guerra em que o envolvimento de Santa Catarina não foi devidamente contado, pois a Guerra dos Canudos, que foi contada no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, foi relatada como a principal guerra ocorrida no Brasil. Isso não é verdade!

A maior guerra do Brasil ocorreu no estado de Santa Catarina, a Guerra do Contestado, que ainda não foi devidamente contada em prosa e verso para que todo o Brasil tome conhecimento. E o estado de São Paulo relata o que aconteceu com os municípios onde ocorreu a Guerra do Contestado, que foram: Calmon, Matos Costa, Porto União, Canoinhas, Caçador, enfim, todos os municípios daquela região.

Queremos, sim, e acreditamos que com essas reportagens em nível nacional o Congresso Nacional, os deputados federais, os senadores de Santa Catarina, olhem com carinho para o planalto norte.

Se quiserem entender isso como uma cobrança do deputado Antônio Aguiar para o planalto norte, que entendam. Queremos verbas para o desenvolvimento, para o crescimento do estado de Santa Catarina, principalmente para o planalto norte. Queremos um tratamento privilegiado para o planalto norte, a diminuição do ICMS para as empresas que lá desejarem instalar-se para que possamos ter igualdade entre o interior, o planalto norte e o litoral. Se passarmos hoje em Araquari, em Barra Velha, como faço toda semana, veremos um galpão novo, quer dizer, uma indústria nova se instalando

no litoral. E nós, do planalto norte estamos esquecidos em termos de implantação de empresas.

Então, precisamos que os governos estaduais e federal olhem de forma diferenciada pelo planalto norte. Conclamo, sim, os deputados federais, os srs. senadores da República para que olhem com carinho para a região do Contestado, até porque é o momento ideal, pois estamos comemorando o centenário da Guerra do Contestado. Então, por favor, olhem pela região do Contestado!

Temos certeza de que a nossa mensagem de hoje é de muito carinho, sim, por aqueles municípios que viveram a Guerra do Contestado!

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão ordinária desta quarta-feira, dia 15 de fevereiro, srs. deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje também vamos dar uma boa notícia, principalmente para as cidades de Blumenau e Joinville.

No próximo dia 17 de fevereiro, em Blumenau, depois de amanhã, teremos mais uma inauguração do programa Minha Casa, Minha Vida, um programa idealizado, na época, pela ministra Dilma Rousseff, hoje nossa presidenta da República, iniciado no governo do presidente Lula. Devido a essas caravanas, deputado Jailson Lima, que o ex-presidente organizou por todo o nosso país, foi sentindo e colhendo os anseios da nossa gente e percebeu que um dos grandes problemas do Brasil era o da habitação.

Quem não sonha em ter sua casa própria, um lar, um lugar para poder abrigar sua família? E essa primeira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida foi um sucesso! Pretendo relatar aqui

diversas unidades construídas no nosso estado e no nosso país, mas hoje vou me ater a essas unidades do programa que estão prestes a ser inauguradas, agora dia 17 de fevereiro e no próximo dia 22 de março.

Minha Casa, Minha Vida é um programa exclusivamente do governo federal, que possibilita as pessoas, neste caso em Joinville e Blumenau, que ganham até três salários mínimos. É um belíssimo programa, oportunizando o sonho das pessoas de terem um lar.

Na nossa cidade, Blumenau, vivenciamos em 2008 uma grande catástrofe que vitimou várias pessoas, principalmente aquelas que moravam em áreas de risco e perderam suas casas. Então, o programa vem para beneficiar primeiramente essas pessoas.

O novo residencial que se chama Novo Lar é o sétimo empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida a ser entregue no município de Blumenau, localizado no bairro Tribess. O investimento nesse empreendimento foi da ordem de R\$ 11,5 milhões. No total o programa está beneficiando somente no município de Blumenau 1.824 famílias, com renda de até três salários mínimos.

O investimento total foi de R\$ 82 milhões somente na cidade de Blumenau. Já foram inaugurados outros residenciais, a exemplo dos inaugurados no ano passado, como o residencial Nascentes I, com 320 unidades e o residencial Nascentes II, com 220 unidades, situados no bairro Progresso; o residencial Parque da Lagoa, 96 unidades, localizado no bairro Itoupavazinha; o residencial Hamburgo, 160 unidades, localizado no bairro Badenfurt; o residencial Parque Paraíso, 26 unidades, localizado no bairro Passo Manso; o condomínio das Árvores, 580 unidades, também localizado no bairro Passo Manso e o residencial Nova Casa, 96 unidades, localizado na Itoupava Central. Nesses condomínios as pessoas já estão vivendo há algum tempo, claro que alguns apresentam problemas e esses problemas, depois que as pessoas se alojam, são da prefeitura do município de Blumenau, a responsabilidade tem que

ser da prefeitura municipal, na secretaria de Assistência Social, que precisa resolver esses conflitos.

Ressalto a grandiosidade do programa para construção dessas casas, que oportunizou as pessoas terem as suas residências, com recursos do governo federal. Como falei, além de Blumenau, o município de Joinville também entrega no dia 22 de março, através do programa Minha Casa, Minha Vida 784 apartamentos, no residencial Trentino. O município contará com outros três empreendimentos do referido programa do governo federal, conforme anunciou o prefeito Carlito Merss: no Jardim Paraíso, 640 apartamentos; no Jardim Iririú, 600 apartamentos e também mais outros 100 apartamentos no Paranaguamirim. Essas unidades são para a primeira etapa do programa em Joinville.

Então, foi um sucesso a primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida e o governo federal, srs. parlamentares, já lançou a segunda. E faço um apelo pelo município de Blumenau, que precisa neste momento de ações efetivas dos seus dirigentes no sentido de acessar a segunda etapa do programa. O governo federal vai construir nos próximos três anos mais de dois milhões de apartamentos em todo o nosso país. Blumenau precisa apresentar os projetos e as propostas que visem o acesso das pessoas que ainda não tiveram condições de acessar um apartamento ou uma casa através desse programa e realizar o sonho de morar com a sua família. O governo federal está fazendo a sua parte, disponibilizando recursos e o prefeito da minha cidade, Blumenau, precisa buscar os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida II.

Temos milhares de pessoas, de blumenauenses, que continuam a morar ainda, infelizmente, em área de risco e essa população tem o direito de acessar o imóvel que vai trazer garantia, segurança e paz para ela e sua família, basta que a prefeitura disponibilize um terreno para que milhares de apartamentos sejam construídos na nossa cidade, beneficiando então mais pessoas.

A Assembleia Legislativa e o governo do estado contribuíram para isso, aprovamos um projeto de

lei no ano de 2008, doando uma área de 19.000m², situada no bairro Salto do Norte que está à disposição do município para ali, sim, projetar novos investimentos do programa Minha Casa, Minha Vida II. Portanto, o terreno existe, falta a vontade política de buscar esses recursos para poder essas pessoas terem essa garantia de viver em paz.

Até hoje, passados mais de três anos em que votamos aqui, nesta Casa, a doação desse terreno ao município de Blumenau, não obtivemos nenhuma notícia ainda de projeto e muito menos de uso dessa área. A habitação, que é o sonho de milhares e milhares de pessoas, precisa de uma vez por todas ser tratada com a responsabilidade necessária.

Parabenizo o governo do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, pela criação desse programa maravilhoso, e que possamos dar continuidade viabilizando acesso ao imóvel a todas as pessoas.

Quero também, no pouco tempo que me resta, lamentar profundamente e exigir medidas concretas da secretaria da Educação do estado de Santa Catarina, no recomeço do ano letivo, que aconteceu ontem, dia 14 de fevereiro, acerca da falta de mais de 200 profissionais, de professores e educadores somente no município de Blumenau. É lamentável que o ano letivo comece mais uma vez sem professores.

Mas, sras e srs. parlamentares, vai chegar um dia, e já chegou ao município de Blumenau, que não vamos ter mais profissionais para ensinar, deputado Sargento Amauri Soares, as nossas crianças e adolescentes, tamanho é o descaso que está acontecendo com o magistério catarinense. Só em Blumenau faltam 200 profissionais para dar aula para as nossas crianças e adolescentes, portanto, de uma vez por todas, o governo precisa cumprir o acordo firmado nesta Casa para dar continuidade ao que foi discutido aqui: o Plano de Cargos e Salários e o Piso Nacional do Magistério em cima da carreira do professor, é isso que preconiza a

lei. E também na oportunidade cobrar isso da secretaria da Educação do nosso estado.

Também não poderia deixar de dar parabéns ao novo secretário de estado da Educação, que é um blumenauense, e estará assumindo no próximo dia 27 de fevereiro essa pasta. Esperamos que o ex-reitor da nossa Furb, o professor Eduardo Deschamps, possa resolver essa situação - porque em todo ano letivo ocorre esse problema, a falta de profissionais para dar aulas às nossas crianças e adolescentes -, e resolver também o problema do Piso Nacional...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente, quero cumprimentar os deputados desta Casa, os funcionários, e principalmente a imprensa. Nós temos tantos temas relevantes para nos ocupar, mas por incrível que pareça hoje vou falar sobre um telefone celular.

Poderia estar neste momento, deputado Moacir Sopelsa, falando sobre os R\$ 8.590 milhões que os 16 procuradores do Tribunal de Contas do Estado estão cobrando do nosso estado. No ano passado fiz um pedido de informação ao Ciasc, que nos foi respondido pelo João Rufino, que é o presidente, dizendo que as informações que solicitei, enquanto deputado, são sigilosas.

Deputado Sargento Amauri Soares, o cara não sabe para que somos eleitos e o que diz a Constituição. O Ciasc é um órgão público, e nós fizemos um Pedido de Informação referente ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado.

Quero relatar que 16 funcionários, procuradores do Tribunal de Contas do Estado, estão cobrando R\$ 8.590 milhões de gratificações, e que no dia 7 de fevereiro fiz um Pedido de Informação acerca do pagamento de R\$ 8.590 milhões

para 16 procuradores. Quais os nomes desses procuradores? Quais os valores de salário de cada um e como fica a questão do teto constitucional? Mas nada disso saiu na imprensa. Ou mesmo sobre o histórico negro que temos nesta Assembleia Legislativa das aposentadorias por invalidez permanente, que eu levantei nesta Casa no ano passado e que o Iprev em outubro ficou de nos fornecer o relatório. Por onde ando pelo estado as pessoas perguntam: "E aí, deputado Jailson Lima, os aposentados inválidos com três anos ou quatro de serviço voltaram ou não a trabalhar?"

Agora, o Iprev pede mais 60 dias para dar um relatório que eu teria feito em uma semana com folga, deputado Maurício Eskudlark, porque tenho os nomes. E nós trabalhamos com estatística.

Estou fazendo este debate porque o jornal *Diário Catarinense* de ontem publicou basicamente uma página inteira sobre mim e um *iphone*, um telefone celular, este aqui.

Primeiramente, quero registrar que estão divulgando na rede social - um grupo arquitetado, que sabemos de onde vem - o telefone da minha casa, dizendo para ligar a cobrar, os telefones da minha filha, da minha clínica, em Rio do Sul, da minha esposa, falando sobre o telefone, dando a entender que eu peguei dinheiro público e comprei um telefone para mim.

Então, quero registrar que esse telefone não me pertence, esse telefone é do povo catarinense, ele é uma ferramenta de trabalho. Segundo, o próprio jornal, ontem, falou sobre esse item e também sobre a economia dos cinco milhões nos supersalários que aqui também bancamos o debate. E corrigimos. São cinco milhões a menos na folha de pagamento da Assembleia por ano.

Não que isso me dê o direito de gastar um centavo sequer pelas ações que temos. Mas quero dizer ao povo catarinense que já tinha um telefone deste antes, que coincidentemente perdi ou fui roubado, e ao solicitar outro telefone foi-me fornecido este.

A Assembleia Legislativa comprou os *ipads*. O telefone que a Assembleia me comprou está dando

muito mais repercussão na imprensa do que os *ipads*, que é uma ferramenta de trabalho, que tem plataforma iOS, e esse também tem, um equipamento conversa com o outro. Sem considerar as características de trabalho que ele nos permite.

Isso aqui tem uma função superior a um *notebook*, porque a resolução que ele tem é melhor do que o *notebook* que temos nessas mesas, deputado Moacir Sopelsa.

Ao mesmo tempo esse jornal, ontem, falou de todo o processo adiado da invalidez, que existe porque este deputado que está aqui levantou. E aí faz os comentários sobre telefone celular. Por incrível que pareça, o que eles tentam fazer é dar a entender que tenho este telefone e que ele é propriedade minha. Não é! Este telefone pertence ao povo de Santa Catarina. Na hora em que eu for embora ele fica para a Assembleia. É uma ferramenta de trabalho, assim como os carros, que são alugados, que temos para trabalhar, deputada Ana Paula Lima, através de convênios que a Assembleia Legislativa tem, independentemente do que fazem.

Quero dizer ao povo de Santa Catarina que não sou só eu que tem um *iphone* deste aqui na Assembleia, todos os deputados têm. Interessante que a imprensa e a rede social não levantaram isso. Há deputados que têm *smartphone*, inclusive de preço superior a este, e se compraram é porque sabem usar. É uma ferramenta de trabalho, e não vou questionar. Logicamente alguns, queiram ou não, para manipular um equipamento deste, têm que ter conhecimento na área de tecnologia, e aqui todo mundo sabe que sou envolvido com tecnologia e inovação.

Então, estou fazendo este depoimento porque ontem eu disse que ia falar sobre o telefone celular que não é meu e que no *facebook*, principalmente, com o compartilhamento, alguns estão dando a entender que eu peguei dinheiro da Assembleia e que este celular é meu, tanto que compartilham: "Se ainda ele devolvesse quando saísse!"

Então, podem falar o que quiserem. Assumo os meus atos. Aquilo que eu defendo, defendo por princípio, vou continuar indo ao Iprev porque esse relatório já era para ter saído. Vou continuar cobrando do Tribunal de Contas, do Ministério Público - o Tribunal de Contas do Estado é uma caixa preta -, esclarecimentos aos quais temos direito. E sei que isso faz parte do debate democrático de quem se expõe.

Estou aqui falando isso porque queriam ontem, inclusive, que eu desse uma entrevista coletiva sobre os telefones. E quando uma jornalista me ligou, comecei a perguntar sobre os aplicativos que uso neste celular, mas ela não conhecia nenhum dos aplicativos.

Vou dar um exemplo simples. Aqui tem um aplicativo que somente o *smartphone* tem e que avalia a velocidade da *internet*. E esse é um problema das operadoras quando se trata de órgão público. O pacote que a Assembleia paga de *internet* nesta Casa para os nossos celulares é para sete *megabytes* de velocidade. No *Speednet*, quando avaliamos - e a Anatel diz que as operadoras têm que, no mínimo, ofertar 30% da velocidade contratada -, nunca chegou a meio *megabyte*. Hoje não passou de 29 *kbytes*. Talvez quem esteja me ouvindo não entenda isso, mas tenho feito esse monitoramento, porque é um assalto aos órgãos públicos, é um assalto à Assembleia o que essas operadoras fazem. É um assalto o que fazem com o governo do estado, e temos que mudar esse contexto. Então, se há jornalista que não sabe a função de um telefone deste, eu sinto muito.

Em segundo lugar, essa guerra que se constrói no *facebook* como estão fazendo, como se o celular me pertencesse... Não! Esse celular, esse *smartphone* é da Assembleia Legislativa, nunca foi dito que era meu. E se a Assembleia comprou os *tablets*, os *ipads*, para cada deputado é porque se trata de uma ferramenta de trabalho para quem sabe usar, senão o governo federal não estaria comprando 600 mil *tablets* para professores da rede pública, porque se estava distribuindo

computadores para alunos e havia professores que não sabiam usá-los. E há muitos neste país.

Eu, felizmente, por interesse, sou um cidadão que gosto e conheço tecnologia, e transformo essas ferramentas de trabalho, como um telefone que tem a resolução superior em aplicativos aos *notebooks* que temos nessas mesas, como instrumento de trabalho a serviço do povo de Santa Catarina.

Quero dizer que não gostaria que tivesse sumido o meu telefone, aconteceu como acontece com qualquer cidadão. Na medida em que perdi ou roubaram uma ferramenta que tinha de trabalho, solicitei outra e foi-me ofertado um *iphone 4S*, e no fim do ano já existirá outro, o *iphone 5S*. A cada seis meses lançam um novo, com tecnologia, velocidade, ações e oportunidades maiores. Por isso, vamos continuar esse debate com tranquilidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria também de argumentar um pouco, deputado Jailson Lima, a respeito dessa questão. E não quero mais voltar a esse assunto, inclusive porque já cansou também, da viagem que fiz à Bahia na semana passada em virtude daquele movimento que houve lá. Fui criticado por isso. Evidentemente que quando disse: Olha, a coisa está tão grave que preciso ir até lá, imediatamente. Nem refleti sobre isso. É evidente que tenho o meu salário de segundo sargento aposentado e o subsídio de deputado, e é só, tenho isso na vida e não quero mais nada, não quero ser rico, ser empresário e tal.

Mas se colocou essa questão. É evidente que pagaria para ir com o meu próprio dinheiro, mas dizer que devolveria seria uma covardia porque se estava gastando R\$ 1,5 milhão por dia de recursos públicos para manter a Força Nacional e o Exército lá. E aí o debate é de R\$ 1.500,00. Então eu acho

que é preciso avaliar a relevância dos assuntos a serem tratados na imprensa, neste plenário, nas redes sociais. É evidente que as redes sociais não há como controlar. E aí os nossos adversários ficam comentando esse tipo de questão e acaba-se criando todo um bafafá desnecessário, distorcendo os objetivos e interesses maiores da sociedade catarinense.

Eu pagaria do meu dinheiro, mesmo sendo cidadão pobre. Tendo um salário de deputado, um grande salário, eu pagaria dez passagens daquelas, inclusive para não precisar ir e a situação lá ser resolvida de uma forma mais tranquila e melhor. Então, não é esse o debate que precisa ser feito. E nós, deputados, se não usarmos instrumentos mais modernos de trabalho, ficaremos atrasados com relação à parte da sociedade que vai à frente. Naturalmente o poder público historicamente garantiu esses instrumentos e vai continuar garantindo. Como v.exa. falou, daqui a seis meses haverá um celular mais moderno, e aí o Poder Legislativo catarinense pode ficar para trás, atrasado, ou acompanhar o desenvolvimento da sociedade. Portanto, nesse sentido, especificamente, quero solidarizar-me com v.exa.

Quero parabenizar a Polícia Civil do estado de Santa Catarina, especialmente a Deic - Delegacia Estadual de Investigações Criminais -, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é também delegado, porque, na data de hoje, começou a desbaratar a quadrilha de assaltantes que andava aterrorizando o estado de Santa Catarina, explodindo os caixas eletrônicos, na cidade de Penha, no litoral norte do estado, numa ação na manhã de hoje. Evidentemente nós, que somos policiais, imaginamos que foi fruto de um profundo trabalho de investigação policial, de inteligência policial para conseguir realizar a ação da forma como foi. Portanto, quero parabenizar o conjunto da Polícia Civil e desejar que possamos avançar cada vez mais na segurança pública da sociedade catarinense.

Gostaria de trazer outro assunto também sobre segurança pública. Quero prestar contas, deputado Moacir Sopelsa, de um trabalho que fizemos no ano

passado, na comissão de Segurança Pública. V.Exa. conhece o assunto, bem como todos os deputados aqui. Trata-se da grande incidência de assaltos a caminhões de carga, a veículos de passageiros, os ônibus, nas rodovias catarinenses, no trecho Rio Grande do Sul/ Santa Catarina/ Paraná em direção a São Paulo. Nos veículos que eram assaltados, as pessoas eram obrigadas a tirar toda a roupa, inclusive as pessoas de idade. Há diversas ocorrências dessa natureza no estado de Santa Catarina.

Foram realizadas pela comissão de Segurança Pública deste Poder, duas audiências públicas, uma aqui e outra na cidade de Porto União, durante o ano passado. Foi um trabalho que, evidentemente, com a colaboração de muitas pessoas, organizações, entidades e instituições, teve resultado. E tivemos uma participação efetiva das instituições da segurança pública do estado de Santa Catarina, a Polícia Militar, a Civil e a Polícia Rodoviária Federal.

Houve a Operação Sentinela, no ano passado, que apresentou bastante resultado, com um maior patrulhamento das rodovias no estado, tanto por parte da Polícia Rodoviária Estadual - PRE - como por parte da Polícia Civil, inclusive com ações integradas com a Polícia Rodoviária Federal, prendendo quadrilhas de assaltantes de ônibus e caminhões nas estradas catarinenses.

Tivemos também a possibilidade de contribuir, juntamente com o superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, nosso amigo Silvinei Vasques, e com as secretarias de estado da Administração e da Fazenda para que aquele antigo posto fiscal da Receita estadual localizado na cidade de Água Doce, na divisa entre Santa Catarina e Paraná, próximo a Caçador, fosse cedido pelo governo do estado para a Polícia Rodoviária Federal. O local está sendo reformado para a instalação de um novo posto naquela região, porque lá havia uma incidência muito grande desses problemas, não pegava celular e não existia posto da PRE ou patrulhamento nas proximidades.

Já existe policiamento diário naquela região por parte da Polícia Federal no antigo posto da Receita, com a interferência e a intercessão do secretário Milton Martini, com o qual estivemos falando ainda no mês de dezembro. Foi realizado um ato no município de Água Doce no sentido de formalizar o processo, pois aquele posto está sendo reformado e a PRF vai reinstalar um posto naquele cruzamento. Assim, com certeza, vai haver mais proteção não só para a população do meio-oeste, mas para todo o povo catarinense que utiliza aquelas rodovias no trajeto do litoral para o oeste catarinense e para o oeste do Paraná frequentemente.

Então, quero dizer que estamos contentes, pois obtivemos resposta de organismos do governo federal, do ministério da Justiça, da secretaria nacional de Segurança Pública quanto à necessidade e à importância dos trâmites para a realização de novo concurso na Polícia Rodoviária Federal para aumentar o efetivo e patrulhar melhor as nossas rodovias, o que diminui a violência por assalto aos usuários das rodovias e diminui também a quantidade de acidentes nas rodovias.

Então, quero agradecer a todas as autoridades do governo federal, à Polícia Rodoviária Federal, à secretaria Nacional de Segurança Pública, ao ministério da Justiça, às instituições de segurança do estado de Santa Catarina, à Polícia Militar, à Polícia Rodoviária, à Polícia Civil, aos secretários de estado que contribuíram nesse debate. E tivemos a satisfação também de nesta Assembleia fazer esse debate, de convidar as autoridades para discutir os assuntos e de ver efetivamente as coisas andando e trazendo um resultado positivo para a nossa sociedade.

Por último, quero fazer o registro de que reinstalamos hoje a comissão de Segurança Pública, que tem agora na presidência o deputado Gilmar Knaesel, assim como a comissão de Finanças e Tributação, com o deputado Marcos Vieira como presidente. Estivemos inclusive montando a comissão para os trabalhos deste ano, debatendo algumas questões, apresentando alguns pressupostos

e algumas intenções de trabalho para este ano de 2012.

Quero registrar aqui que estive na manhã de hoje na Universidade Federal de Santa Catarina, com outros camaradas, conversando com a reitora eleita professora Roselane Neckel, que assume no mês de maio a reitoria, debatendo uma perspectiva nova para a Universidade Federal de maior integração com o povo catarinense, de voltar seus objetivos de extensão para as reais necessidades do povo do estado de Santa Catarina. E dentre as demandas, deputado Gilmar Knaesel, está a importância de se criar curso de graduação e/ou de pós-graduação na área de direitos humanos e segurança pública.

Então, esse é o debate que vamos fazer durante este ano.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Rapidamente, quero dizer do nosso compromisso de estarmos frente à comissão de Finanças e Tributação, o que fizemos hoje de manhã no momento da instalação da comissão. Vamos contar com a ajuda principalmente de v.exa., pela sua experiência, conhecimento nos vários temas aqui levantados, bem como do deputado Maurício Eskudlark também da área. E vamos tentar imprimir naquela comissão, que é de seu feitio também, audiências, reuniões no sentido de trazer coisas propositivas nas grandes áreas, nas áreas sensíveis como é a questão de segurança pública.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Tenho certeza de que vamos fazer um grande trabalho na comissão de Segurança Pública ao longo deste ano de 2012.

Obrigado, deputado presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário destinando aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigado, sr. presidente. Queria iniciar a fala de hoje cumprimentando o nosso vereador, coordenador da regional do PCdoB no entorno de Jaraguá do Sul, Jean Carlo Leutprecht, que está conosco hoje. Também registro a presença do presidente do Partido Comunista do Brasil em Joinville, Natal de Freitas.

Hoje, tivemos com ambos uma longa discussão sobre o quadro em Joinville, um quadro ainda em construção. E certamente o PCdoB terá à disposição de contribuir com a maior cidade de Santa Catarina e que precisa ter esse olhar de todos nós com muito cuidado.

Quero aproveitar, até pelo trabalho que o deputado Jean Kuhlmann desenvolve, esse trabalho extraordinário que faz no seu mandato, privilegiando a atuação nos bairros, para mencionar que ontem, aqui, em Florianópolis, completou 25 anos da Ufeco - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias -, instância em que se reúnem todas as comunidades organizadas de Florianópolis.

A Ufeco é uma entidade que tem uma história importante, que faz mais do que o seu papel propriamente, pois nos faz refletir sobre o aspecto da necessidade da cooperação, da necessidade de participações ativas, da necessidade que abandonemos a postura de mero descontentamento para uma postura proativa, uma postura que se permita ajudar a construir um futuro. Com erros e acertos, certamente, o cooperativismo, seja ele na forma de associações, sindicatos ou cooperativas, que o deputado Moacir Sopelsa tão bem representa nesta Assembleia Legislativa, é sempre um grande caminho.

E lembrei outro dia de v.exa., deputado, porque eu estava lendo que o Neanderthal convivia com o Homo Sapiens. O Neanderthal tinha mais massa

cefálica, então, potencialmente, era mais inteligente e mais forte do que o Homo Sapiens. E há muito tempo se debate por que o Homo Sapiens, do qual somos descendentes diretos, sobreviveu, pois o Neanderthal extinguiu-se. E a conclusão que chegaram foi de que o Neanderthal costumava não ter o espírito de cooperação, pois vivia em núcleos isolados. E o Homo Sapiens, que agora qualificam como Sapiens, embora nem sempre mereçamos esse título de sapientes, somente conseguiu sobreviver no planeta e ser uma espécie, no ponto de vista evolutivo, vitorioso, porque foi cooperativo, porque compreendia a cooperação para além dos grupos familiares.

O Neanderthal tinha essa outra visão de que a cooperação era restrita a pequenos grupos ligados por laços de consanguinidade. Nós avançamos, e certamente acredito que os homens e as mulheres que vão construir o futuro tendem a ser mais cooperativos do que nós. É o velho chamado da Rosa Luxemburgo, socialismo ou barbárie. E o que quer dizer isso na verdade? Ou nós aprendemos a conviver todos e todas em cooperação ou, certamente, é a barbárie que nos espera.

Eu acredito num futuro luminoso, que assim como o Homo Sapiens conseguiu ser mais cooperativo, também os homens e mulheres do futuro o serão. E as entidades comunitárias de bairro desempenham um grande papel nisso, de chamar para a resolução, para a identificação, para o mapeamento dos problemas aquele governante, aquele integrante do Legislativo como nós, aquele integrante do Executivo e do Judiciário que se dispõe a ouvir e a cooperar.

A minha visão pertence ao futuro. A esses é possível entender que o bem comum, o partilhamento do bem comum é a chave para todos termos uma vida melhor. Se o Brasil andou bem, na última década, tiramos um grande ensinamento: tudo vai bem para todos, quando todos estão bem. Esse é um ensinamento também de cooperação. E na economia também é assim.

O meu abraço fraterno à Ufeco, a todos os seus integrantes ao longo da história de Florianópolis

e, em nome deles, a todos aqueles que praticam todo dia o espírito de cooperação.

Muita Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os deputados e deputadas, a imprensa e todos os telespectadores.

Deputada Angela Albino, em 1970, se não me falha a memória, em Concórdia acontecia a primeira greve dos funcionários da Sadia, uma coisa quase que impossível de acontecer.

Alguns dias antes de acontecer essa greve, eu falava com uns dos diretores da Sadia, sendo que o regime era aquele em que eu mando e os outros obedecem, e dizia que não adiantava proteção nas casas deles, não adiantava pensar que eles iam comandar, porque quando um pai não consegue o alimento para o filho, não se sabe que força ele pode ter. Às vezes vai buscar força que acha que é impossível que possa existir. E foi aquilo que aconteceu.

Digo isso para concordar com v.exa., que o cooperativismo - eu ia falar sobre o evento que aconteceu, ontem, em Campos Novos, na Coopercampos - ajuda a construir o poder, a riqueza, mas também ajuda a distribuir cooperação. E nós somente nos sentimos seguros, na linha do seu pronunciamento, somente podemos viver bem quando todos vivem bem. Não adianta pensar que se a nossa vida é uma vida boa não precisamos nos preocupar com aqueles que não têm, deputado Antônio Aguiar, condições de dar dignidade à sua família, de dar uma vida justa à sua família.

É verdade que o cooperativismo, que o Cooperar tem essa importância na nossa vida, mas também acredito que estamos mudando a nossa cultura de cooperar mais, de entender que é preciso de

pessoas em condições iguais e não pensar que apenas alguns possam exercer o poder e outros apenas obedecer e concordar.

Sou daquela época em que éramos proibidos de nos manifestar politicamente. Não podíamos estar no bar, depois de um determinado momento, porque éramos do MDB. Então, a polícia caía em cima, mas não era culpa dela, pois havia uma determinação de cima para baixo proibindo que o bar continuasse aberto, tendo que ser fechado, e que tínhamos que sair e ir para a casa.

Mas nós crescemos e houve muitas pessoas que ajudaram a criar essa nova cultura, essa nova democracia, em que podemos nos manifestar e discutir os direitos de cada um.

Quero cumprimentá-la, pois sei que v.exa., além do seu conhecimento, também possui a sensibilidade de uma mãe. Parabéns pelas suas palavras.

Eu também quero dizer, mais uma vez, que este mês e o mês que vem são os meses em que as cooperativas, deputado Sargento Amauri Soares, fazem os seus dias de campo, os seus dias de demonstração. Já vimos isso na Cooperitaipu, no extremo oeste, na Cooperalfa, no planalto serrano, no sul do estado, e v.exa., deputado Mauricio Eskudlark, está convidado para ir em Campos Novos, no dia 29. Isso mostra a força e a importância do cooperativismo e esses dias de campo, em que o produtor pode ir lá para ver a nova tecnologia, ver aquilo que está acontecendo, comparar o seu trabalho com o trabalho que está sendo desenvolvido pelos seus colegas, mesmo entre agricultores, sem falar que lá estão os produtores de sementes mostrando variedades novas, mostrando novos equipamentos, novas tecnologias.

Enfim, que possamos ter outras oportunidades de conhecimento para aplicar na nossa agricultura.

Se o estado de Santa Catarina - diz-se que ele é o sexto produtor, eu digo que é o quinto - é o quinto produtor de alimentos no país, com um pouquinho mais de 1.12 do território brasileiro, é porque temos realmente uma tecnologia avançada e, além disso, uma agricultura que aceitou essa

tecnologia e coloca o nosso estado como o maior produtor de suínos, o segundo maior produtor de aves, o quinto produtor de leite, o maior produtor de maçãs e entre os maiores produtores de alho e de cebola.

Enfim, a nossa agricultura tem mais de 30% de representação de economia direta em nosso estado. Essa é a grande marca, sem dúvida, do cooperativismo, atendendo, principalmente, os pequenos produtores, aqueles que têm mais dificuldades, que às vezes não se enquadram dentro de um sistema, de uma indústria, mas lá está o setor cooperativista indo buscar esse produtor e dando a ele a possibilidade de viver no campo.

Deputada Dirce Heiderscheidt, se nós tivermos essa consciência não teremos as nossas cidades, as periferias das nossas cidades inchadas de pessoas que se obrigam a deixar o campo e a vir para a cidade, deputado Jean Kuhlmann, para viver, às vezes, na cidade uma vida subumana, sem dignidade nenhuma.

Então, as cooperativas fazem esse trabalho e por isso precisamos nos preocupar, como também o poder público, que precisa fazer a sua parte. Por exemplo, o oeste catarinense padece, no momento, com a estiagem, por isso não basta lembrarmos-nos de atender, de fazer algum programa apenas quando há um problema. Temos que criar um programa que consolide e que possa dar aos produtores a oportunidade de ele estar na sua atividade e poder produzir.

Sabemos, deputado Jean Kuhlmann, do trabalho do governo do estado, do governo federal, do secretário da Agricultura, João Rodrigues, quanto à questão do aproveitamento da água da chuva, das cisternas, que é uma questão antiga que temos que tratar. Somos um estado que tem bastante chuva e poucos dias de sol e a água nos faz falta, por isso temos que buscá-la em pequenos açudes. E aí a Fatma tem que voltar a ser parceira do produtor. Não podemos achar que não podemos mais fazer um lago porque estamos agredindo o meio ambiente, que temos que preservá-lo, temos consciência disso, mas temos que dar oportunidade para que as coisas

sejam facilitadas e ficarmos perto do nosso produtor. O Banco do Brasil agora financia e a secretaria da Agricultura paga o juro de pequenas irrigações que são importantíssimas para o pequeno agricultor, pois será dessa forma que ele vai salvar a sua produção.

Portanto, são esses programas que precisam ser viabilizados para aqueles que têm a missão de produzir o que para mim é o de mais sagrado, que é a comida. Mas é preciso dar para eles também uma condição de dignidade para viver com os seus filhos, com a sua família.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Quero parabenizá-lo e dizer que temos, nesta Casa, deputados que são mais do setor agrícola, que defendem mais a questão da área rural e outros que são mais urbanistas. Eu sou um parlamentar de Blumenau e por isso urbanista, mas quero dizer que aprendi com o meu pai uma sabedoria muito interessante: "quando o campo não planta, a cidade não janta". Se o campo não tiver condições de plantar, de subsistir a família do agricultor, com certeza vamos gerar uma série de problemas em nossas cidades.

Santa Catarina tem uma geografia habitacional totalmente diferenciada do restante do país, difundida na agricultura familiar e no cooperativismo. E quero dizer ao nobre deputado que uma das coisas que me orgulho, neste momento, como deputado estadual, na minha passagem como secretário de estado, foi a de ter participado da criação da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Uma das diretorias mais importantes daquela secretaria é a secretaria do Cooperativismo, que tem uma política muito forte em nosso estado, em que o governador do estado não venha apenas fazer o juro zero para as empresas, mas também subsidiar o juro para o agricultor. É neste estado que quero continuar vivendo, porque fazendo esse tipo de

política que v.exa. falou é garantida a qualidade de vida para todos. E não existe qualidade de vida num estado apenas na área urbana, tem que existir também na área rural e na área urbana, porque isso gera desenvolvimento para todo o estado e para todos os cidadãos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Eu agradeço o seu aparte e o incluo no meu pronunciamento. V.Exa. diz que é um deputado urbanista, um deputado da cidade, mas tem consciência da importância da agricultura. E quando falo da estiagem, como também das cheias no vale do Itajaí, na cidade de Blumenau, é porque precisamos encontrar uma solução.

Então, faltam políticas definidas, políticas de continuidade que precisam ser feitas. Mas tenho consciência de que o governador Raimundo Colombo, como vimos no governo federal, como estamos vendo com a presidente da República, tem essa sensibilidade de uma política de continuidade que ofereça segurança aos trabalhadores.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que se não mudarmos a política agrícola, se não dermos mais segurança, a agricultura ficará velha, pois os jovens abandonarão a agricultura. Isso é muito ruim porque pessoas que não têm qualificação virão para a cidade. E aí ocorrerá aquilo que v.exa. falou hoje, deputado Sargento Amauri Soares, na Penha, tendo que complementar a Polícia Militar, a Polícia Civil, a segurança do estado de Santa Catarina, para que se possa de uma vez por todas desmontar as quadrilhas que nos trazem muita preocupação e não nos dão segurança nenhuma para andarmos, irmos e virmos.

Eu ouvia atentamente quando v.exa. falava também da BR-153, onde há um dos maiores pontos de assaltos dentro do estado em caminhões, ônibus, porque ali era uma região totalmente sem proteção.

Então, a secretaria da Fazenda, a secretaria da Administração, através do secretário Milton Martini, com o entendimento da secretaria da Segurança Pública, com a boa vontade da polícia,

pegou instalações que estavam abandonadas, para instalar naquele local um posto da Polícia Rodoviária Federal e Estadual, para dar mais segurança às pessoas que por ali passam.

Mas ainda temos que receber uma resposta das operadoras de telefone celular. Ontem, eu escutei o deputado Joares Ponticelli falar sobre esse assunto e quero reafirmar o que ele disse, porque moro no outro lado da ilha e quando estou atravessando a ponte ficamos sem sinal para o celular. Quando estamos próximo à Beira Mar Norte, quando estamos próximos à residência do governo do estado, também ficamos sem sinal. Isso não é possível, porque se no centro da capital há essa deficiência, imaginem o que acontece no interior do estado, onde a lucratividade, a ganância dessas empresas não é nunca abastecida. Então, quando há pouca rentabilidade os serviços ficam mais longe ainda e as pessoas são as vítimas.

Os ônibus eram assaltados e as pessoas ficaram com traumas para o resto da vida devido a esses assaltos, pois o que era feito não era para se admitir em lugar algum. Mas já demos um passo, a polícia pelo menos está dando cobertura e temos que reconhecer o apoio que tivemos do secretário da Administração, Milton Martini, o envolvimento dos parlamentares, da prefeita de Água Doce, do Irani, da Vargem Bonita, enfim, de todas as lideranças que viram que era necessário colocar um basta nessa situação, para que as pessoas não pudessem ter o direito de ir e vir. Graças a Deus, demos um passo nesse sentido.

Espero que as operadoras de telefone móvel, de telefone celular possam realmente cumprir aquilo que estabelece quando lhes foi dada a credencial para poder fazer a prestação desses serviços. Que sejamos respeitados, que possamos ter segurança naquela região, como em todo o estado. Aliás, é obrigação dessas prestadoras de serviços oferecer um bom trabalho. Infelizmente, temos que dizer que por enquanto eles estão prevendo apenas os lucros.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. que é do planalto norte, assim como o deputado Antônio Aguiar, sabe que por enquanto essas empresas

continuam, infelizmente, visando o lucro e não o atendimento, que é o seu dever para quem tem uma concessão pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar)-
Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, ontem, a deputada Ana Paula Lima utilizou esta tribuna para reclamar do problema da segurança em Santa Catarina, da falta de transparência em relação ao que ocorre por aqui.

Nós, que convivemos, praticamente, diuturnamente com a questão desse segmento em Santa Catarina, e se há alguém que conhece muito bem isso é o deputado Sargento Amauri Soares, que é da área a Polícia Militar, não podemos, de forma alguma, deixar de registrar o esforço que este governo faz em relação à questão da segurança pública.

Este é um problema que não é somente nosso, de Santa Catarina, é um problema geral deste país, deste mundo. É uma contaminação generalizada. Parece uma doença, parece uma epidemia o problema da segurança pública, esta é a grande verdade.

Os esforços estão sendo feitos. O governo do estado, no último dia 14, participou da solenidade de assinatura de atos de nomeação de 512 novos policiais civis aprovados, em que 350 são agentes de polícia, 92 são escrivães, 29 psicólogos, 41 delegados, ainda remanescentes do concurso de 2008, sendo que outros 93 escrivães e 29 psicólogos serão chamados numa próxima fase.

Eu tenho ido para a minha região e para alguns municípios e o maior problema por que passam os pequenos municípios diz respeito ao número de policiais. Essa é a grande gritaria com relação à

questão da segurança. Então, precisamos de mais material humano.

Estive, recentemente, em Itapoá, em Guaruva e em outros municípios da nossa região, amanhã à tarde estarei em Guaramirim, em Araquari entregando viaturas, entregando colete à prova de bala, material de informática, fruto do trabalho dos deputados da grande Joinville, que assim chamamos. Estaremos amanhã, inclusive, na reunião da SDR de Joinville intermediando também a aprovação para a construção de uma nova delegacia de polícia no município de Garuva.

Estamos também intermediando junto ao governo do estado uma verba bastante substancial para a delegacia regional de Joinville. Trabalha-se, e trabalha-se bastante. O problema, o grande problema, é a marginalidade.

Não adianta somente a polícia trabalhar. Não adianta somente o governo envidar esforços no sentido de dar mais segurança para o cidadão. Esse é um trabalho que envolve todo mundo.

Nós estamos vendo, no Rio de Janeiro, uma verdadeira debandada da bandidagem de lá, que está migrando para outros estados. Muitos daqueles perigosos bandidos do Rio de Janeiro, que estavam naqueles morros, podem estar encastelados aqui em Florianópolis. E aqui eles estão diversificando o *modus operandi* deles. Muitos que lidavam com o tráfico mudaram a sua maneira de atuar. Antes havia os caixeiros eletrônicos que deram origem a esse segmento lá em Joinville. Hoje esses caixeiros que começaram esse tipo de atividade já não têm mais vez no segmento, porque esses profissionais do crime transferiram-se para esse tipo de atividade. Hoje, se não estou enganado, houve 51 explosões de caixas eletrônicos, e já não se perfura mais com maçarico, agora é com dinamite. Por quê? Porque o tipo de bandido que está atuando nessa área era gente que estava atuando em outras áreas e estava no tráfico e em outras áreas que davam dinheiro. Devido à marcação do estado, migraram para esse tipo de atividade e hoje atacam locais que jamais se imaginaria que fariam.

Por exemplo, no Sinuelo, um local movimentadíssimo na beira da BR-101, próximo a Joinville, esses dias atrás, em plena meia-noite, entraram lá, enfiaram dinamite, colocaram tudo abaixo e levaram o dinheiro. Mas são profissionais que têm estratégia. O *modus operandi* dessa gente é todo especial. É gente que tem conhecimento e estratégia de trabalho. Eles estudam como fazer e como abordar. Eles são profissionais que saíram de outras áreas e agora estão na chamada área dos caixas eletrônicos.

O que eu quero dizer, e infelizmente o meu tempo é curto, é que o governo de Santa Catarina está atento e procurando, dentro das suas possibilidades, municiar os seus agentes, os seus policiais, para dar-lhes condições de trabalho e de combate a essa bandidagem. O problema é que eles migram de um tipo de atividade para outra, aperfeiçoam as suas atividades e trazem com isso a necessidade de um maior número de policiais e de equipamentos para poder fazer frente aos problemas.

Mas que fique registrada a preocupação do estado em relação à segurança pública de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar todos que nos acompanham aqui no plenário, fazendo uma referência especial ao meu amigo do município de Blumenau, o vereador Zeca Bombeiro, do PSD. É uma alegria recebê-lo nesta Casa.

Quero também cumprimentar os nossos amigos telespectadores que acompanham esta sessão.

Gostaria de tratar, sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, de alguns

assuntos que reputo serem da maior importância para o município de Blumenau.

Primeiro, quero, obviamente, dar um retorno à deputada Ana Paula Lima, que falou da questão do Minha Casa, Minha Vida e do trabalho feito em conjunto pelo governo federal, a Caixa Econômica Federal e o município de Blumenau no Minha Casa, Minha Vida 1. E, aliás, nessa sexta-feira, com a entrega de mais 256 apartamentos no bairro Tribess, no residencial Novo Lar, serão completados quase 1.900 apartamentos em Blumenau. São 1.900 famílias que recebem dignidade, que recebem carinho e que fazem desses apartamentos o seu lar. São 1.900 famílias que foram atendidas graças a um trabalho feito em conjunto com o governo federal, a Caixa Econômica Federal e a prefeitura de Blumenau, em que num trabalho inédito feito pelo prefeito João Paulo Kleinübing o primeiro município brasileiro a adquirir os terrenos e a cedê-los para a Caixa Econômica Federal fazer essa parceria efetiva foi Blumenau, abrindo, assim, as portas para vários municípios do país. E o Minha Casa, Minha Vida realmente é um sucesso para a população.

Eu tenho certeza de que da mesma forma como o governo municipal trabalhou e empenhou-se para tornar o Minha Casa, Minha Vida 1 em Blumenau referência nacional, o vice-prefeito Rufinus Seibt está fazendo o mesmo com Minha Casa, Minha Vida 2.

Ao ouvir a deputada Ana Paula Lima, fui obrigado a ligar para o vice-prefeito e questioná-lo: Mas como, Rufinus?! O município não tem nenhum terreno à disposição do Minha Casa, Minha Vida 2? Nós temos que entrar nesse processo! Temos que nos cadastrar e apresentar os projetos! Temos que nos envolver nisso! E o vice-prefeito, com muita sabedoria, vereador Zeca Bombeiro, muita maturidade e muita propriedade de imediato colocou-me que o município já possui quatro terrenos que estão sendo escriturados para colocar à disposição do Minha Casa, Minha Vida 2. Um terreno no bairro Salto do Norte, que é um terreno do estado e que foi aprovada a doação para o município por esta Casa; um no Fidélis, um na rua

Silvano Cândido da Silva Sênior, na Ponta Aguda; e outro no bairro Progresso. E todos os quatro estão sendo escriturados, porque pela palavra do próprio vice-prefeito Rufinus Seibt não podemos fazer algo irregular, tem que ser escriturado para daí, sim, ser entregue para a Caixa Econômica Federal para que ela possa desenvolver o projeto e licitar a obra.

Mas, mesmo assim, eu perguntei: Mas, vice-prefeito, não é possível fazer a inscrição no Programa Minha Casa, Minha Vida 2? A sua resposta foi muito pontual: "Já foi assinado um protocolo de intenções e o superintendente da Caixa, sr. Renato Scalabrini, ainda não abriu as inscrições para o município de Blumenau". Eu perguntei quando foi pela última vez? E justamente hoje, por coincidência, o vice-prefeito foi novamente até a Caixa Econômica Federal falar com os gerentes Adelor João Gretter e Leda Mara de Souza para tentar fazer a inscrição do município e, mais uma vez, a Caixa ainda não permitiu.

Então, quero dizer à deputada Ana Paula Lima que, primeiro, antes de se fazer uma crítica, é importante consultar a Caixa Econômica Federal e perguntar por que Renato Scalabrini, Adelor João Gretter e Leda Mara de Souza ainda não permitiram a inscrição?

Mas na hora em que eles permitirem o município vai apresentar os quatro terrenos. Na hora em que for aberta a inscrição, a prefeitura vai fazer a sua parte, como fez para as quase duas mil moradias entregues à população de baixa renda que precisa ser atendida, porque a prefeitura de Blumenau, e quero aqui parabenizar o vice-prefeito Rufinus Seibt, do PMDB, faz um grande trabalho para a nossa cidade.

Aliás, quero aqui fazer outra referência ao PMDB. Primeiro, gostaria de parabenizar o governador Raimundo Colombo, por beneficiar Blumenau e o vale do Itajaí e privilegiar a nossa região na questão da reforma do colegiado, e a secretaria de Educação, com Eduardo Deschamps participando efetivamente do colegiado, uma pessoa competente, capaz, que foi reitor da Furb e que

merece a nossa atenção, o nosso respaldo e o apoio desta Casa, porque sempre se mostrou competente e agora irá poder dar continuidade ao bom trabalho feito pelo secretário Marco Tebaldi.

Gostaria também de dizer a João Matos, que agora está na Articulação Nacional e irá representar bem o vale do Itajaí, que o governador privilegia a nossa região, e não somente com nomes no colegiado, mas com ações concretas para o vale do Itajaí.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Jean Kuhlmann, eu prestava atenção na sua manifestação e quero aparteá-lo para falar especialmente sobre a parte em que v.exa., no seu pronunciamento, referiu-se ao secretário Eduardo Deschamps. Eu gostaria de me associar à manifestação de v.exa. e cumprimentar o governador Raimundo Colombo e o próprio secretário.

Eu tive a oportunidade de conviver mais proximamente do até então secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, por ocasião da greve e da construção do grupo de trabalho que foi liderado por ele durante todo o processo. Efetivamente foi ele quem conduziu com maestria e conseguiu integrar, porque nós sabemos como terminou todo o processo de votação aqui, deputada Angela Albino. E o secretário Eduardo Deschamps conseguiu juntar todos em torno de uma mesma mesa e construir uma proposta. Ele tem uma grande capacidade de transigir e eu não tenho dúvida de que fará uma grande gestão frente à secretaria de Educação.

Está de parabéns a cidade de Blumenau, o vale, mas Santa Catarina ganha muito, porque ele tem muito potencial. Eu tive a oportunidade de conviver com ele e de conhecer toda essa sua capacidade gerencial.

É claro que quero cumprimentar também o secretário Marco Tebaldi pelo trabalho que prestou até aqui e desejar sucesso na sua empreitada agora em Brasília.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Joares Ponticelli, como morador de Blumenau e do vale do Itajaí, v.exa. não sabe como é bom ouvir as suas palavras e saber que temos pessoas competentes na nossa região, pessoas que, quando abraçam uma causa, correm atrás dela e lutam porque sabem que estão lutando para pessoas que precisam do serviço público, para pessoas que precisam de um bom atendimento, para pessoas que precisam de um trabalho comprometido. E é esse trabalho que Eduardo Deschamps costuma fazer e eu desejo que ele e o deputado federal João Matos, pela sua história, pelo seu trânsito em Brasília e pela sua capacidade de articulação, possam trazer muitos frutos para a nossa cidade.

Mas quero, neste momento, já que falei do vice-prefeito de Blumenau, Rufinus Seibt, também fazer referência ao trabalho feito pelo secretário César Botelho.

Na semana passada, o governador Raimundo Colombo, que agora prestigiou o vale com nomes e com ações do governo... E o governador, na posse da CDL, na última semana, foi lá e assinou um dos maiores projetos que Blumenau pôde receber do governo do estado, que é a ordem de serviço para a execução do projeto da nova SC-108, o prolongamento da Via Expressa, uma obra fundamental para o desenvolvimento e crescimento da cidade de Blumenau.

Naquele momento, eu falava com o governador sobre a questão das cheias, explicando que a Assembleia criou o Fórum Permanente de Aprimoramento do Sistema de Proteção Contrás as Enchentes para discutir a questão das enchentes no vale de Itajaí e saber o que o estado vai fazer. E o governador me garantiu que estará no próximo dia 23, às 18h30, em Blumenau, fazendo uma apresentação da remodelagem do projeto Jica, apresentando um novo Plano Diretor de prevenção de cheias e desastres naturais do vale de Itajaí.

Mas aí eu disse ao governador, com todo respeito: "Governador, o senhor vai falar desse projeto, do que será feito, a questão das barragens no alto vale, a questão da comporta do

Itajaí-Mirim, a questão do radar que atende a todo o estado de Santa Catarina, mas Blumenau tem um problema, que é o dique de contenção da Fortaleza, o PI-5". E o governador, naquele momento, ligou para o secretário Paulo Bornhausen e pediu que ele nos atendesse e buscasse uma forma de resolver o problema.

Ontem, junto com o secretário César Botelho, do PMDB, com o prefeito João Paulo Kleinübing, e com Roberto Tribess, o Beto, um vereador companheiro de Zeca Bombeiro, estivemos na secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável fazendo essa reunião a pedido do governador. E o secretário Paulo Bornhausen anunciou que no dia 23, na quinta-feira, quando o governador estiver em Blumenau, será assinado um convênio com o município de Blumenau garantindo a execução do PI-5, esse dique da Fortaleza que atenderá a mais de 20 mil moradores, acabando de uma vez por todas com essa novela.

A obra do PI-5, a obra do dique da Fortaleza, que se iniciou com um projeto construído pela comunidade, pago pelos empresários do bairro da Fortaleza, um projeto importante para a região norte de Blumenau, agora tem seu fim com data marcada. Até que enfim o recurso foi viabilizado.

Quero, do fundo do coração, agradecer ao governador Raimundo Colombo, pela sensibilidade, e ao secretário César Botelho, por ter feito toda a burocracia, por ter-se empenhado, por ter, já no ano passado, aprovado no Conselho do Desenvolvimento Regional, permitindo que, hoje, o secretário Paulo Bornhausen pudesse dizer que agora tem como fazer o convênio.

Agradeço também ao vereador Roberto Tribess, que esteve presente; a toda Câmara de Vereadores de Blumenau, que sempre cobrou esse assunto; e ao prefeito João Paulo Kleinübing. Porque o convênio é de R\$ 2,5 milhões da parte do estado, e o restante, o que faltar para concluir, será da parte do município, num valor de mais de R\$ 1 milhão, ou seja, totalizando R\$ 3,5 milhões. E o prefeito, no momento exato, disse o seguinte ao secretário Paulo Bornhausen: "Se o governo do

estado firmar o compromisso do PI-5, a prefeitura também entrará com sua parte, fará todo o esforço e garantirá a execução dessa obra". E naquele momento o secretário disse: "Então, nos vamos fazer esse convênio, porque eu sei que as pessoas precisam, o bairro Fortaleza precisa e Blumenau precisa"!

Assim, ficou estabelecido que o governador Raimundo Colombo, no próximo dia 23, irá a Blumenau, srs. deputados e sras. deputadas, assinar esse convênio, sendo que será feito o parcelamento do pagamento em três vezes, vereador Zeca Bombeiro.

É importante que a Câmara de Vereadores faça a cobrança. Com convênio assinado agora e a descentralização do recurso que será assinada na semana que vem pela secretaria Regional, a secretaria Regional fará o convênio formalizando com a prefeitura, e ela poderá continuar com o processo licitatório. A licitação está com abertura marcada para o dia 17 de março, com a entrega do envelope com a qualificação das empresas, e até o final de março o envelope com os preços, podendo iniciar a obra em abril. E o governo do estado irá repassar os R\$ 2,5 milhões em três pagamentos: provavelmente, um no final de março, outro no final de abril e outro no final de maio.

É desta forma: município-estado, município-governo estadual, trabalhando em conjunto, buscando soluções, que vamos conseguir implantar várias e várias ações em Blumenau. O PI-5 é um exemplo, a SC-108, o prolongamento da Via Expressa, é outro exemplo. A questão do complexo da ponte do Badenfurt, em que a prefeitura busca o dinheiro para fazer a obra e o estado garante R\$ 5 milhões para as desapropriações, é outro exemplo.

E há tantos e tantos outros exemplos que eu tenho certeza de que vamos construir para a cidade de Blumenau e região, porque o compromisso do governador Raimundo Colombo, a atitude do prefeito João Paulo Kleinübing, como essa que o próprio vice-prefeito Rufinus Seibt tomou, dão força para que eu e o secretário César Botelho possamos

continuar cobrando do governo do estado o retorno daquilo que as pessoas pagam de imposto. Porque o povo do vale de Itajaí não quer nada de obrigação. O povo quer apenas que aquilo que paga de imposto seja aplicado de volta na sua rua, no seu bairro. É isto que a nossa população quer e é isto que ela merece: respeito e retorno, acima de tudo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do prefeito de Maravilha, Orli Genir Berger, que está tratando da questão da região metropolitana do extremo oeste, um projeto muito importante; do prefeito de Bom Jesus do Oeste, Sergio Luiz Persch; do vereador de Campo Erê, Gabriel Gibran Kostascki; e de outras lideranças da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos, no horário do PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, primeiro, quero registrar a presença, no dia de hoje, do prefeito de Porto União, Renato Stasiak, acompanhado do vereador Luiz Alberto Pasqualin e do ex-vereador Levy Pacheco.

Também fiquei atento ao pronunciamento do deputado Antônio Aguiar a respeito da BR-280, do trecho de Canoinhas a Porto União. A manutenção dessa rodovia que foi construída ainda no governo de Esperidião Amin acabou ficando com o estado de

Santa Catarina. E o estado já tem as suas rodovias estaduais para fazer a manutenção e, além disso, ainda tem que implementar e implantar novas rodovias, o que acaba prejudicando os investimentos em manutenção de rodovias federais.

No entanto, vale lembrar que aquela rodovia está ainda sob a responsabilidade do estado, porque assim foi feito o contrato na época e ainda não foi desfeito.

Quero aqui registrar que está havendo o empenho dos deputados federais, independentemente de cor partidária. Tenho recebido várias manifestações do deputado federal Esperidião Amin a respeito do assunto, assim como tenho recebido de outros deputados também.

Esse processo iniciou, na verdade, no final do ano de 2010 e agora está recebendo um pouco mais de celeridade. Quero crer que na medida em que o estado conseguir, efetivamente, reunir a documentação, e as condições políticas são favoráveis porque há um empenho suprapartidário para que aquela rodovia retorne ao governo federal, esse projeto também deve passar por esta Casa Legislativa, e não tenho dúvida de que vai ocorrer por parte desta Casa a aprovação para que a união receba essa rodovia, que é federal, e faça a devida manutenção, que ainda não é de sua responsabilidade, mas deverá ser assim que essa situação for resolvida.

Estamos muito preocupados, não é de agora, mas há muitos anos, porque aquele trecho não recebeu os devidos cuidados e continua uma situação muito delicada para os usuários, tanto àqueles que trafegam com veículos pequenos quanto para caminhões de carga pesada, porque além da falta de sinalização, a grande maioria daquele trecho está com a pista danificada, com deslizamentos, com buracos e assim por diante. Sendo assim, não há nada mais justo do que o governo federal assumir aquela rodovia.

Por outro lado, sr. presidente, ouvi atentamente, no início deste ano legislativo, o pronunciamento do nosso eminente deputado Joares

Ponticelli, presidente do nosso partido, a respeito da legislação eleitoral.

Em 2011, v.exa., deputado Jaores Ponticelli, e este deputado que vos fala neste momento, por várias vezes, fizemos aqui pronunciamentos, encaminhamos documentos ao Congresso Nacional. E temos que registrar que se não houver o empenho do governo federal, esse projeto dificilmente irá para frente, mas, enfim, tivemos uma boa expectativa de que a reforma eleitoral fosse acontecer no Brasil. Lamentavelmente, encaminhou-se no discurso, mas na prática não.

O nosso partido defendia à época, e continua defendendo, a unificação do calendário eleitoral, porque não é possível termos eleições no Brasil a cada dois anos, com um custo elevadíssimo para a sociedade, e não apenas o custo da campanha, os custos públicos e privados, mas o fato é que a própria Justiça Eleitoral tem um custo elevado e quem paga é a sociedade, o cidadão, aquele que contribui com o seu trabalho, com os seus impostos.

Então, essa defesa, essa argumentação do alto custo das eleições, aliado a outros inconvenientes, como por exemplo, o fato de em anos eleitorais a própria legislação não permitir repasses de recursos a partir de determinadas datas... Ou seja, em ano eleitoral, a partir de abril não é possível assinar convênios com os municípios e, exclusivamente, com órgãos públicos. Além disso, a própria eleição em si toma um tempo, por uma questão lógica e prática. Portanto, há uma morosidade na gestão, seja ela no âmbito municipal ou estadual. E esse é um grande prejuízo, porque muitas obras ficam sem a celeridade devida, os serviços públicos também sofrem com essa falta de recursos extras, principalmente, deputado Nilson Gonçalves, no governo federal, porque é lá que se concentram os grandes recursos, já que a união possui o maior potencial de arrecadação e, infelizmente, retorna pouco para os municípios, onde realmente é dado o atendimento à população.

Sr. presidente, para concluir, de fato, a população procura os serviços, seja na educação,

na saúde e outros, que estão próximos do prefeito, do vereador, do secretário, da administração pública. O que falta é agilidade, ou melhor, uma alteração na lei permitindo que os municípios recebam mais recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência comunica que ainda dispomos de sete minutos e, conforme determina o Regimento Interno, suspenderemos a sessão por até sete minutos e retornaremos a partir das 16h para dar início à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0033/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0062/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0260/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0317/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0346/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0357/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0425/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0427/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0439/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0440/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de lei n. 0443/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0507/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0536/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0498/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua dos Caçadores e Transversais, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com os encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0515/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública o Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes - ICETAN, de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com os encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0533/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, com sede no município de Içara.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com os encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0556/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da cidade de Camboriú e região, com sede no município de Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0558/2011, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Coronel Gasparino Zorzi, do município de Campos Novos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0026/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0027/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0028/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0029/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0070/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0071/2012, 0072/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0073/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0074/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0075/2012 e 0076/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0077/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência da deputada Angela Albino, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, vou falar sobre um assunto noticiado pelo *jornal Diário do Sul*, da minha cidade de Tubarão, que já me preocupa no início deste ano letivo. As aulas começaram ontem em toda rede pública estadual, e hoje, portanto, já no primeiro dia de aula, o *Diário do Sul* traz a seguinte notícia: "Denúncia de *bullying* será investigada em Tubarão".

Já no primeiro dia de aula, deputado Maurício Eskudlark, na Escola Básica Governador Aderbal Ramos da Silva, no bairro Santo Antônio de Pádua, onde atuei profissionalmente, e também fui diretor da Escola Dionísio Freitas, e lá naquele bairro, ontem, já tivemos um caso de *bullying*.

No jornal está toda a matéria em que a avó da menina relata esse caso de *bullying* no primeiro dia de aula. Isso nos convence, ainda mais, deputado Silvio Dreveck, que todo trabalho que estamos fazendo nesta Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, desde 2007, quando apresentamos o projeto de lei e fizemos todo aquele debate que o deputado Pedro Uczai, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, conduziu, e foi quem relatou a matéria... Foi um ano inteiro de debates. Conseguimos aprovar o projeto no final de 2008 e fomos o segundo estado do Brasil a ter uma lei de combate ao *bullying*, deputado Dóia Guglielmi.

O governador sancionou a lei no fim daquele ano, em 2009, fizemos todo um trabalho de preparação e iniciamos um processo de retirar a lei do papel e colocá-la em prática.

Fazer uma lei, deputado Neodi Saretta, v.exa. que já passou por esta Casa, que foi para o

Executivo e agora está de volta, é relativamente fácil, basta que esteja adequada à técnica legislativa, à legalidade, à constitucionalidade, o restante é articulação política nesta Casa. E não há a menor dificuldade de aprovação, o problema é colocá-la em prática.

Às vezes, acho que se conseguíssemos colocar em prática tudo que já foi escrito, talvez não precisássemos mais ficar insistindo por outros caminhos, criando curvas para apresentar de novo aquilo que já está na lei, deputado Nilson Gonçalves, e que não é cumprido.

Então, o importante é que nós, além de aprovarmos uma lei de combate ao *bullying*, conseguimos também implementá-la por intermédio da desta Casa, através da Escola do Legislativo.

Em 2009, 2010 e 2011 - vou trazer na próxima semana o relatório das atividades na escola -, foram milhares de catarinenses, principalmente professores, educadores, integrantes do processo ensino aprendizagem, das equipes pedagógicas, que passaram por esse processo de discussão, de debate, de provocação, de enfrentamento ao *bullying*.

O Ministério Público foi extremamente importante nessa caminhada conosco, além de outras entidades, como as secretarias municipais de Educação.

Foi um alto investimento que a Assembleia fez, inclusive, em parceria com o Ministério Público. Bancamos todo o material, meio milhão de conjuntos, porque era, naquela época, meio milhão de estudantes o objetivo do projeto. A Assembleia contratou todo esse material e fizemos a distribuição. Mas, infelizmente, é um trabalho que tem que ser reiniciado a cada ano, deputado Dóia Guglielmi, porque turmas novas entram nas escolas. Tanto que lá em Tubarão foi a primeira região onde fizemos os debates com vários professores. E centenas, milhares, participaram da formação. E vejam que já temos, agora, com o início das atividades, que iniciar todo o processo novamente.

Então, essa tem que ser uma ação continuada, porque os alunos se renovam a cada ano e,

infelizmente, essa prática do *bullying* continua acontecendo.

Vamos, através da Escola do Legislativo, continuar com esse trabalho, e espero que possamos, muito brevemente, liderar, entre os estados do Brasil, essa ação de combate, de enfrentamento, que tem que ser continuada, constante, porque esse sofrimento, infelizmente, está presente na grande maioria das escolas de todo o Brasil.

Então, trago essa notícia exatamente para mostrar o quanto esse trabalho tem que ser reiniciado, retomado, permanentemente, para combater essa violência.

Outro assunto que ainda vamos debater, e já iniciei esse debate na semana passada, mas vamos agora começar a detalhar até porque a Unale - União Nacional dos Legislativos Estaduais - abraçou, juntamente com o colégio de presidentes, a questão da dívida dos estados, que é outro assunto extremamente polêmico e preocupante, deputado Silvio Dreveck.

Os 23 estados que devem para a união somam R\$ 400 bilhões de dívida. A nossa receita para o ano é de R\$ 17 bilhões; o orçamento do estado de Santa Catarina para o exercício de 2012 é de R\$ 17 bilhões, para o telespectador compreender o montante dessa dívida. A dívida dos 23 estados com a união é de R\$ 400 bilhões, deputado Nilson Gonçalves. São R\$400 bilhões que os estados devem para a união!

Agora v.exa. sabe quanto representava essa dívida há 14 anos, deputado Nilson? Em 1998, quando chegamos aqui, pela primeira vez, como deputados, eu e v.exa., nesta Casa, deputado Silvio Dreveck, em 1998, a dívida dos estados com a união era de R\$ 93,2 bilhões. Ela saltou em 14 anos, de R\$93,2 bilhões para R\$ 400 bilhões, ou seja, um crescimento de 471% em 14 anos, deputado Maurício Eskudlark. São os estados comprometendo 13% da receita para amortizar essa dívida.

Para a união a dívida dos estados virou um grande negócio; a união virou uma grande agiota. Essa é a realidade! E precisamos encarar isso,

precisamos construir uma alternativa para tirar os estados dessa bola de neve, porque essa dívida vai ficar impagável. Vai entrar presidente, sair presidente, entrar governador, sair governador, e a dívida será cada vez maior. E qual é a nossa proposta? Buscar uma forma de reduzir esse percentual do comprometimento, porque o estado de Santa Catarina hoje não tem nem 5% para investimentos, durante um ano, e 13% ficam por conta da dívida que aumenta assustadoramente a cada ano.

Portanto, precisamos reduzir, mudar a taxa de juros, rediscutir esse contrato, essas taxas, mudar o indexador, sair do IGPDI e passar para o IPCA. Isso é o mínimo que tem que ser feito urgentemente para sair desses juros abusivos que a união pratica e pegar um pedaço de um percentual desse para aplicar em saúde, em educação e infraestrutura. Ou seja, ao em vez de devolver para a união, fazer um PAC da dívida dos estados para que esse dinheiro permaneça aqui...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, quero hoje falar um pouquinho sobre a nossa segurança pública, com o maior ato de nomeação de policiais civis da história de Santa Catarina, feito agora pelo governador Raimundo Colombo, que tem tido uma preocupação com toda a administração, especialmente com a Saúde, Educação e Segurança.

Essas nomeações são fruto de alguns remanescentes ainda, deputado Dóia Guglielmi, do concurso de 2008 e beneficia muitos candidatos que atingiram a média necessária, mas que não tinham ficado entre os classificados.

Esses delegados dessa última nomeação, acredito, são ainda daquele concurso de 2008. E

tivemos a felicidade de naquela época conseguir realizar o maior concurso da história que proporcionou hoje ao governador Raimundo Colombo realizar a maior nomeação.

Temos uma Polícia eficiente, uma Polícia competente.

Há poucos dias estive no município de Penha e conversei com uma equipe que estava encarregada de trabalhar no combate ao furto aos caixas eletrônicos. Eles falavam que havia um trabalho bastante adiantado. E felizmente nesta madrugada tiveram uma operação exitosa no município de Penha, onde marginais foram presos. A maioria deles veio do estado do Paraná, e o deputado Nilson Gonçalves falou da migração desses marginais e da prática dos crimes.

Portanto, houve prisão, houve resistência, houve fuga, porque eles sempre atuam com veículos em cobertura. Nem sempre é possível no momento da abordagem ter a cobertura e ter a identificação de todos que estão naquele evento criminoso, mas foi um trabalho exitoso, principalmente porque mesmo não tendo todos sido presos, um desses marginais veio a óbito.

Os policiais já têm a identificação, sabem quem eram esses marginais, estavam monitorando e isso proporcionou essa operação.

Então, está de parabéns a Polícia Civil do estado de Santa Catarina e também a Deic por essa operação. E sabemos que outras operações desse porte e nessa área de atuação estão sendo elaboradas.

O que ocorre? Com a nossa legislação benevolente, o marginal que pratica delito, na outra semana ou no outro mês, já está na rua. E eles cada vez praticam com mais ousadia, sem medo até, porque esses crimes ficam qualificados como furto qualificado, e a pena é mínima. O que vai pegar é quando se consegue comprovar formação de quadrilha, porte de arma, alguns outros crimes que possam agravar essa situação.

Então, a segurança fica de mãos atadas nessas questões. A legislação é benevolente e muitos marginais estão na rua. Fala-se em fazer mutirão

para ver o que tem que sair da cadeia. Tem que fazer mutirão, mas para colocar na cadeia. Tem que ter mais local, tem que agir com rigor nessas ações de combate ao tráfico de drogas e a crimes violentos.

Então, parabéns!

Tivemos também nesta semana uma operação no oeste catarinense contra autores de crime de roubo. São marginais violentos que invadiam propriedades, amarravam as vítimas, permaneciam horas criando um clima de terrorismo àquelas vítimas, levavam equipamentos, caminhões, tratadores, veículos. E também na operação ocorrida no oeste catarinense, em vários municípios, houve reação e marginal morto.

Antigamente, a Polícia chegava, identificava-se havia respeito à lei, e o marginal se entregava. Hoje ocorre o confronto, o marginal não respeita a lei, não respeita a Justiça e afronta o nosso policial.

Então, estão de parabéns as Polícias que têm atuado em conjunto, Polícia Civil, Polícia Militar, nesse combate firme à criminalidade.

Assim, o governo investindo, nomeando novos policiais, uma academia que terá muitas responsabilidades na formação de quase 600 novos policiais, para que venham juntar-se ao trabalho, à experiência dos policiais que já estão atuando no estado.

Outra boa notícia na área da segurança, da Polícia Civil, e o deputado Sargento Amauri Soares tem motivos para comemorar as conquistas, as melhorias na área militar. Sabemos que a cada dia se busca melhorar ainda mais. E o governador assinou o projeto de lei que trata do adicional de permanência dos policiais civis. Os policiais civis, o IGP, estão nessa condição, já que o estado, o policial que está além dos 30 anos de serviço, a cada ano a mais que ele fica, passa a receber 5% de adicional de permanência. Isso motiva o policial experiente, que muitas vezes está ainda com boa capacidade física, intelectual, para o desempenho das suas funções.

Esse profissional a cada ano pode levar mais 5%, que serão agregados à sua folha de vencimento, até o limite de 25%, levando isso na aposentadoria. Os policiais militares já agregam, e os profissionais da Polícia Civil e do IGP não estavam levando. E vamos encaminhar o pleito do adicional de equivalência. Isso seria quando da aposentadoria para levar uma vantagem que compensasse um pouco as horas extras e adicionais que hoje fazem parte dos adicionais da segurança.

A Polícia Militar tem a promoção, tem algumas vantagens na aposentadoria e isso tem que ser estendido, igualitariamente, proporcional à Polícia Civil.

Então, vejo essas ações de governo, como o governador Raimundo Colombo tem feito, valorizando a segurança pública, valorizando o profissional da segurança.

Há uma preocupação na qualificação do profissional, na qualidade do atendimento do cidadão quando procura a segurança no momento de dificuldade. O profissional tem que estar preparado. É uma missão espinhosa. E digo que o profissional da segurança é uma vocação, não é uma profissão, porque tem que ter muito tino, gostar do que faz, saber diferenciar, porque atende a duas ou três pessoas que necessitam de atenção e precisa em seguida agir com rigor para não colocar em risco a sua própria vida.

Quero parabenizar o governador Raimundo Colombo e toda a Polícia de Santa Catarina por essas ações no combate à criminalidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.